

Ministros militares tumultuam sucessão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A escalada continua. Ontem, os ministérios militares anunciaram, para hoje, a realização de reuniões de seus Altos Comandos, em separado. O Exército chegou a admitir, formalmente, que será examinada a conjuntura política. Mesmo que os ministros Walter Pires, Alfredo Karam e Délio Jardim de Mattos tenham convocado seus oficiais-generais de quatro estrelas para tranquilizá-los, reafirmando o respeito à Constituição e às regras do jogo, as simples reuniões trarão, em si, mais potencial para apreensões. Certas pessoas parecem não se ter dado conta de que os tempos são outros, de abertura democrática, de fortalecimento do poder civil e de superação de velhas práticas do passado.

Nos meses de setembro e outubro de 1969, reuniram-se incontáveis vezes os Altos Comandos das três Forças e, mais, o Alto Comando das Forças Armadas, uma espécie de sublimação daqueles conciliábulos. Tratavam da sucessão do marechal Costa e Silva, enfermo e substituído por uma junta militar que pouco antes usurpara o Poder, até prendendo o vice-presidente Pedro Aleixo. Costumavam anunciar as reuniões e, depois, informar sobre elas, em frases lacônicas, por coincidência muito parecidas com as informações agora filtradas. Examinavam a conjuntura, ou tratavam de assuntos de sua exclusiva competência. Naquele período, foi cômico. Agora, poderá ser trágico.

O importante, ou o perigoso, é que os tempos da ditadura se foram. Não vivemos mais o paroxismo de crises como a da doença do segundo presidente da revolução. Pelo contrário, o quinto presidente empreendeu obra digna de todo o louvor, mas os estranhos descaminhos do processo iniciado em 1964 às vezes conduzem a encruzilhadas fatais. Esta é uma delas.

Os ministros militares estão atuando na linha de frente do processo sucessório. E sem mandato, ainda que se possa reconhecer que o fazem por conta da apatia, da falta de comando e da confusão reinantes no Palácio do Planalto. Deles partiram críticas e agressões aos dissidentes do PDS, como deles, depois, roteiros de ação e planos levados ao general João Figueiredo para fazer reverter o pêndulo das previsões, hoje favorecendo a candidatura oposicionista de Tancredo Neves.

Não foi por outra razão senão a de seguir as sugestões de seus ministros militares que o presidente, depois de levar Paulo Maluf em viagens eleitorais, determinou a diversos ministros civis maior empenho na ajuda ao ex-governador de São Paulo. Mais ainda, veio a público em cadeia de rádio e televisão, há dois dias, para acentuar sua preferência e seu empenho em ver Maluf vestindo a faixa presidencial. De tabela, entendeu de novo a embolorada cantilena do lobo e do cordeiro, acusando as oposições de ameaçarem a ruptura da linha de conciliação nacional por causa do comício realizado em Goiânia, pró-Tancredo Neves. Verberou discutíveis recursos estaduais lá empregados e a presença de organizações clandestinas, medida pelo número de bandeiras vermelhas agitadas. Daqui por diante, coitado do América Futebol Clube ou coitada da metade do Flamengo, o clube mais popular do País, que, se é preto, também é vermelho. E o PMDB, cujas cores também são essas?

Figueiredo falou, por recomendação ou em nome dos ministros

militares, recusar-se a assistir impassível ao que classificou de ameaça à abertura democrática. Não se lembrou de que dias antes ele também compareceu a dois comícios, em Cuiabá e em Porto Velho, de inauguração de uma estrada, mas, também, de exaltação à candidatura Paulo Maluf. Quem pagou o serviço de som, os foguetes, o aparato todo e, mesmo, a tentativa malograda de transportar populares para os locais? Ao menos a metade das despesas corre por conta de ação política, por analogia, igualmente criticável, do governo federal ou dos governos estaduais. A favor, pode. Contra, não. Ou será que tudo acontece porque na capital goiana estavam 400 mil pessoas, e, na capital de Mato Grosso e de Rondônia, mesmo somados, menos de cinco mil cidadãos? Terá sido por causa das vaías?

Tanto faz. No fundo, a palavra do presidente como as demais iniciativas tomadas ou por tomar, em defesa de Paulo Maluf, exprimem uma realidade: o desespero dos detentores do poder prestes a perdê-lo para seus adversários. Maluf está derrotado e, por isso, tentam recuperar-lhe as condições eleitorais. Ou, pior ainda, admitem tumultuar o quadro.

Não há dúvida de que Figueiredo, bem como os ministros militares, tem acentuado o respeito à Constituição e às regras do jogo. Estes declararam, inúmeras vezes, permanecer fiéis à sua destinação constitucional. Aquele até falou que preferiria morrer antes de dar o golpe. Por que diabos, então, continuam analisando, conversando, agindo e se reunindo para examinar o quadro político e a conjuntura, se reunir, agir, conversar e analisar significa intranquilizar?

Acusar a candidatura Tancredo Neves de joguete nas mãos dos radicais de esquerda ou de perigo para a estabilidade das instituições será piada. E de mau gosto. Cobrar respeito e bom comportamento verbal dos adversários representará mero pretexto. Ou suas excelências nunca assistiram a campanhas eleitorais, comícios e sucedâneos? Até participam de muitos. Ainda há um mês, em Salvador, em solenidade que não deveria ser eleitoral nem sucessória, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos vibrou tacape e borduna, com virulência inusitada, sobre as cabeças da Frente Liberal e arredores. Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Por tudo isso se diz que a escalada continua. A interferência dos ministros militares na sucessão é óbvia. Inquestionável. Pode ser que eles, hoje, reunidos com seus Altos Comandos, aproveitem para tentar botar água na fogueira, esclarecendo os respectivos panos de fundo de que apenas agem para garantir a realização das eleições, o cumprimento da Constituição e o respeito ao ideal democratizante. Mesmo assim, as simples reuniões, anunciadas como foram, dão a impressão de que trocaram o rótulo das garrafas. Onde se lê água estará gasolina, e das boas.

Mesmo assim...

Mesmo assim os malufistas não estão satisfeitos. Deram-se e deram ao governo, sem comunicação oficial, é evidente, um prazo. Se até outubro, mesmo com a nova blitz comandada pelos ministros militares, o candidato não adquirir condições de vitória no colégio eleitoral, destigar-se-ão do governo através de críticas e denúncias ao que foi feito e ao que deixou de ser feito nos últimos anos.

C.C.